



ESTADO DE ALAGOAS  
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA ESTADUAL  
Gabinete da Deputada Thaise de Souza Guedes

Assembleia Legislativa de Alagoas



PROTOCOLO GERAL 0000954

Data: 11/04/2017 Horário: 15:31

Legislativo -

PROJETO DE LEI Nº 421/17

**Dispõe sobre a obrigatoriedade da gratuidade de estacionamento nas áreas abertas ao público para deficientes físicos e idosos no âmbito do Estado de Alagoas.**

**A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE ALAGOAS DECRETA:**

**Art. 1º** – Todo portador de qualquer tipo de deficiência física, mental, visual e também seu acompanhante, terão gratuidade para estacionar nas vagas localizadas em locais aberto ao público no âmbito do Estado de alagoas. Esta lei se aplica também para pessoas idosas.

**Art. 2º** - serão consideradas idosas, pessoas com idade igual ou superior a 60 anos.

**Art. 3º** - As pessoas com deficiência físicas, mentais e visuais de que trata esta lei são os seguintes:

I - Acidente vascular cerebral – AVC;

II - Traumatismo crânioencefálico – TCE;

III - Paralisia cerebral;

IV - Síndromes, tumores e diagnósticos (adquiridas ou congênitas que afetam o sistema nervoso central);

V - Traumáticos (acidentes, paraplégicos e tetraplégicos);

VI - Não traumáticos (esclerose múltipla, mielites inespecíficas e outras etiologias que atingem o sistema nervoso central);

VII - Amputados;

VIII - Politraumatizados;

IX - Deficientes auditivos e visuais;



X - Patologias ortopédicas e reumatológicas com acometimento motor severo.

**Art. 4º** - A comprovação da idade será comprovada pela apresentação do cartão do idoso.

**Art. 5º** - A comprovação das deficiências será comprovada pelo cartão de uso para deficientes ou laudos médicos.

**Art. 5º** - O Estado de Alagoas adotará as medidas que se fizerem necessário, para dar publicidade ao que diz respeito a esta lei.

**Art. 6º** - O Poder Executivo regulamentará esta lei.

**Art. 8º** - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.



### **JUSTIFICATIVA**

Em virtude de todas as dificuldades enfrentadas pelos portadores de deficiência física e pessoas idosas, cujos mesmos possuem uma carga extra de despesas com sua saúde, alto custo de medicamentos e equipamentos para acessibilidade que precisam ser adquiridos constantemente, para o alívio de problemas causados por suas deficiências, conclui-se imerecido acrescentar esse tipo de cobrança a pessoas que já possuem uma enorme carga em seus ombros.

Certos de que esta iniciativa será de grande importância para a população, e animados com os resultados positivos obtidos pela implantação deste projeto, solicito apoio diante do exposto e da extrema importância do referido assunto à aprovação deste projeto de lei de extremo interesse dos alagoanos e, para isso, contamos com o apoio dos nobres parlamentares desta Egrégia Casa de Leis para sua aprovação.

**SALA DAS SESSÕES DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE ALAGOAS  
MACEIÓ/AL, 11 DE ABRIL DE 2017.**

**THAISE DE SOUZA GUEDES  
DEPUTADA ESTADUAL**